

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ESPUMOSO/ RS
EDITAL DE PREGÃO Nº 002/2018

RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa ANC Soluções em Vídeo (FERNANDO MULLER - ME), inscrita no CNPJ nº 15.036.686/0001-48, por intermédio de seu representante legal o Sr. Fernando Müller, portador da Carteira de Identidade nº 7059719521 e do CPF nº 90955439000, vem, respeitosa e tempestivamente, apresentar o presente Recurso Administrativo de acordo com o art. 109 da Lei 8666/93 contra a proposta classificada em primeiro lugar da empresa LUIZ KNOFF JUNIOR, e também da proposta classificada em segundo lugar da empresa V&V BARROS PRODUÇÕES LTDA.

RAZÕES DO RECURSO

Ocorre, que o preço apresentado pelas referidas licitantes não pode ser sustentado por se tratar de uma proposta inexecutável, cabendo reforma a decisão da Comissão de Licitação pelos motivos que iremos demonstrar.

Em que pese a análise formal das propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes desse processo licitatório, assim como as propostas cotadas por esta comissão, podemos afirmar que, a proposta classificada não encontra correspondência com qualquer uma delas, especialmente porque, **propostas que se apresentem preços inferiores àquelas efetivamente praticados no mercado e tidos como aceitáveis exigem especial análise, até porque afrontam claramente os princípios de legalidade e de isonomia e, além disso, se opõem à competitividade, princípio correlato de licitação.**

Propostas cotadas pela comissão:

Sergio Renato de Lima Espindola – ME	R\$ 6.250,00
Luiz Knoff Junior – MEI	R\$ 5.000,00
ICON Marketing Digital	R\$ 5.750,00

Propostas das licitantes:

Fernando Muller – ME	R\$ 5.700,00
Luiz Knoff Junior – MEI	R\$ 5.000,00
Rogério de Lima Dias – ME	R\$ 5.900,00
V&V Barros Produções LTDA	R\$ 4.500,00

Propostas Classificadas:

1º - Luiz Knoff Junior – MEI	R\$ 2.960,00
2º - V&V Barros Produções LTDA	R\$ 3.000,00
3º - Fernando Muller – ME	R\$ 5.700,00

Como vemos, a proposta vencedora ficou muito distante do valor de mercado. Bem se sabe que, a proposta de preço que não guardem conformidade com os critérios fixados ou que apresentarem preços e condições incompatíveis com aqueles praticados no mercado, devem ser desclassificadas e afastadas da licitação.

Neste sentido, conforme explicitado por esta recorrente, a proposta classificada não se sustenta pois, **prejudica a constatação de capacidade de exeqüibilidade da proposta apresentada pela referida licitante concorrente, colocando em risco o objeto do referido certame.**

Baseado em nossa consagrada experiência e credibilidade no mercado, queremos corroborar com a excelência na execução do serviço e aqui manifestar em prol da desclassificação de propostas inexecutáveis.

Como se sabe, a Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos – prevê obrigação expressa no sentido de que o objeto e valor da proposta sejam avaliados com a finalidade direta de atestar-se o atendimento ao que se deseja no edital. A disposição apresenta-se de forma impeditiva e, em relação ao valor, visa a evitar o ingresso de aventureiros no certame e o posterior prejuízo para a administração.

Isso posto, requer que o presente recurso seja recebido e processado, para o fim de reformar a decisão de classificação de preços das empresas Luiz Knoff Junior – MEI e V&V Barros Produções LTDA, classificadas em primeiro e segundo lugar respectivamente, declarando as suas DESCLASSIFICAÇÕES e permitindo que a recorrente FERNANDO MÜLLER – ME, classificada em terceiro lugar seja declarada vencedora do presente certame.

Termos em que,
Pede deferimento.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2018.



Fernando Müller